

o militante socialista

Publicação Mensal

EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DE ABRIL!



MANIFESTAÇÃO DE 800 MIL PESSOAS, EM LONDRES, A 11 DE NOVEMBRO



GAZA
MILHÕES
MANIFESTAM-SE
EM TODO O MUNDO
PELO FIM TOTAL
E PERMANENTE
DOS MASSACRES!

NÃO AO
“GOLPE DE
ESTADO”
JUDICIAL!
DISSOLUÇÃO
DA AR SÓ
SERVE A
DIREITA!



CONTORNOS DA CRISE
POLÍTICA **PAG. 2**

O QUE ESTÁ EM JOGO SÃO AS LIBERDADES
DEMOCRÁTICAS **PAG. 6 E 7**

MENSAGEM LIDA NO ENCONTRO
DE V. N. GAIA PELA PAZ **PAG. 12**

Derrube do governo, dissolução da AR,...

Para servir quem? As classes trabalhadoras?

O nosso país não escapa ao contexto internacional, de guerra militar e social como meio de sobrevivência do Sistema capitalista assente na exploração e na opressão.

Cada Governo procura aplicar as medidas que respondam às exigências do grande capital, enquadradas – no caso europeu – nas regras e normas definidas pela União Europeia e pelo BCE.

É assim que o governo de António Costa – apesar de ter estado assente numa maioria absoluta de deputados eleitos pelo PS e de afirmar “*governar a pensar nas pessoas*” – jamais afastou as linhas da sua governação do respeito pelos interesses dos banqueiros e das grandes empresas.

No entanto, este Governo nunca deixou de encontrar pela frente a resistência e mobilização de sectores inteiros das classes trabalhadoras. Elas aproveitaram as margens de liberdade das organizações sindicais, sobretudo as ligadas na CGTP, a qual não assinou o Acordo Económico e Social e sempre continuou a defender o conjunto das reivindicações da população trabalhadora – dos salários ao restabelecimento da liberdade de contratação colectiva – bem como a participação em todas as mobilizações contra a guerra. O mal-estar foi crescendo, a par e passo com a subida dos processos de mobilização:

– Os professores não conseguiram ainda a recomposição da sua carreira profissional, mas o Governo também não conseguiu impor-lhes uma reforma estrutural, de alteração do regime de concursos, condição para a desregulamentação da profissão docente e a passagem dos Quadros pedagógicos de cada escola para os Mapas de pessoal municipais.



– Os médicos e enfermeiros estão numa luta continuada também pelos salários e pelas condições de trabalho, condição para travar a sangria do SNS, provocada pela fuga para os hospitais privados ou para países estrangeiros.

– Manifestações com muitos milhares de trabalhadores, de todas as gerações e sectores sociais, exigindo uma habitação onde tenham o direito de viver. – Manifestações de milhares de trabalhadores, sob o lema “*Por uma vida justa*”, organizadas a partir dos bairros sociais, bem como manifestações nacionais convocadas pela CGTP, pelo aumento dos salários e das pensões, em defesa dos serviços públicos, pelos direitos laborais e contra a guerra.

Seria impossível que o descontentamento e os processos de mobilização crescente não envolvessem o eleitorado socialista e as próprias bases do PS. Notemos, em particular, as declarações públicas de deputados eleitos pelo PS pela região de Trás-os-Montes, expressando o seu apoio completo a todas as mobilizações em defesa do hospital de Chaves; e as posições, também públicas, de algumas concelhias do PS do distrito de Vila Real que, a pretexto do pedido de revogação da medida contida na Proposta de Orçamento de aumento do imposto de circulação (IUC) para os carros mais antigos, denuncia-

vam as enormes dificuldades, sem qualquer resposta até esta data, da maioria da população da sua região.

O que poderia acontecer a um Governo perante tanto embate e a crescente fragilização da base do Partido em que se apoia?

Certamente que sectores do capital financeiro se questionavam sobre a necessidade de mudar a forma de Governo: seria possível interromper este processo de radicalização, que arriscava combinar-se com a também expectável mobilização das classes trabalhadoras em diferentes países da Europa, da Alemanha ao Reino Unido? Tudo isto combinado com as comemorações da Revolução do 25 de Abril. Comemorações que, ano após ano, se traduzem em manifestações onde as gerações mais novas não param de afirmar: “*25 de Abril Sempre! Somos muitos, muitos mil a defender Abril!*”.

Se o governo do PS estava a ficar cada vez mais fragilizado, onde estava e está a capacidade dos partidos que representam directamente a Direita – do PSD ao Chega – para o substituir?

Interromper o movimento em crescendo – nem que seja momentaneamente, esperando por melhores dias – era uma necessidade para o capital financeiro.

E eis que, num repente, aparece uma conspiração a partir da

qual foi possível centrar o país nas notícias bombásticas de processos de corrupção, prevaricação, etc., detenções, suspeita de envolvimento do primeiro-ministro António Costa.

Em nome do slogan “*à Justiça o que é da Justiça*”, o primeiro-ministro pede a demissão e o Presidente da República – sem esperar por qualquer esclarecimento ou clarificação – não hesita em dissolver a AR, pondo fim a uma maioria absoluta de deputados eleitos pelo PS.

Do movimento em frente – para exigir do governo do PS outra política, ou seja, o respeito pelo sentido do voto de milhões de eleitores que lhe deram a maioria, algo que toca as bases deste Partido – passa-se para o caminho das eleições. Eleições marcadas pelo lamaçal de retórica dos partidos da burguesia, a enquadrar as suas propostas de privatização dos serviços públicos e de redução dos impostos sobre o grande capital. As propostas do 25 de Novembro e não do 25 de Abril!

Pode ser que se enganem... dizem militantes e responsáveis políticos, que não hesitam em qualificar o que está a acontecer como um “golpe de Estado” judicial.

Uma coisa é certa: o factor determinante será aquilo que se passar no terreno directo da luta de classes.

Carmelinda Pereira

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pela POUS

o militante socialista**Proprietário:** Carmelinda Pereira
NIF: 149281919**Editor:** POUS - Política
Operária de Unidade Socialista
NIPC: 516296671**Sede:** Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOAIsenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)**Director:** Joaquim Pagarete**Comissão de redacção:**Aires Rodrigues
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete**Diagramação:** João Gomes**Impressão:** CopiançoAv. Dom Carlos I 118, 1200-651
Lisboa**Edição:** 100 Exemplares**A nossa história:**

O jornal "O Militante Socialista" nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho.

Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros "Militantes Socialistas", a associação Política Operária de Unidade Socialista – na continuidade do POUS – impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de "O Militante Socialista" identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

E d i t o r i a l

O factor de ordem da actual situação é a mobilização dos trabalhadores

O que todas as camadas da população trabalhadora têm sentido, ao longo desta governação, procurando resistir através de fortes mobilizações, são as consequências da austeridade nas suas condições de vida e nos serviços públicos, pondo em causa as conquistas do 25 de Abril, apesar deste Governo ter tomado medidas consideradas positivas – lembremos, por exemplo, as creches gratuitas ou a redução do preço dos passes sociais. A matriz do Governo foi sempre as "contas certas", no respeito absoluto pelas regras de jogo impostas pelo grande capital. Deste modo, ficaram intocáveis a subida dos lucros das grandes empresas, aproveitando-se da inflação, a subida dos lucros dos bancos ou dos especuladores imobiliários.

Muitos militantes e trabalhadores questionavam-se perante a contradição: *"Como é possível que um Governo – assente numa maioria absoluta de deputados eleitos pelo PS – tenha uma política ao avesso do caminho de Abril?"*

Perante as mobilizações num crescendo, de todas as camadas da população trabalhadora, para resolver esta contradição, procurando impor no seu movimento uma mudança de política, o Presidente República fez uma jogada de antecipação: decidiu dissolver a AR, transformar o governo de PS em "governo de gestão", mas impondo primeiro a aprovação da sua proposta de Orçamento do Estado. Um Orçamento que afirmou "ser equilibrado", do seu ponto de vista, e que a Direita aceitou, apesar dos deputados do PCP e do Bloco de Esquerda, bem como a Direcção da CGTP, o terem qualificado como um Orçamento que não responde aos problemas da maioria do povo nem às necessidades do país.

Procurando arredar os trabalhadores da cena política, o Presidente da República quer centrar a atenção destes no jogo eleitoral, que pensa poder ser favorável aos partidos da Direita.

Estes, pelo seu lado, exploram as consequências da política do governo do PS, para procurarem aparecer – em conjunto com o Presidente da República – como os salvadores do povo e do país. Entre eles há mesmo aqueles que não hesitam em chafurdar na lama resultante das acusações e mesmo detenções feitas por elementos de um

opaco Ministério Público, presidido pela Procuradoria-Geral da República, para tirarem como conclusão que *"o PS não merece qualquer confiança"* e que *"é preciso acabar com o socialismo"*.

As jogadas foram feitas no sentido de ser constituído um Governo com maior capacidade para levar a cabo as políticas de destruição dos direitos do povo, no quadro da crise económica e social que se aprofunda em todos os países do mundo.



Mas as classes trabalhadoras continuam a ter intacta a sua capacidade de mobilização – em unidade com as organizações sindicais que as representam – para defender os salários, as pensões de aposentação, a habitação, as funções sociais do Estado (do Serviço Nacional de Saúde à Escola Pública democrática e de qualidade para todos), bem como a paz e as liberdades democráticas, numa palavra o 25 de Abril.

Tal mobilização constitui o único factor de ordem democrática, em Portugal e nos outros países da Europa, o único caminho que pode pôr fim à guerra militar e social e começar a resolver positivamente os problemas do nosso país, em cooperação com os outros povos da Europa e do resto do mundo.

Apesar dos atropelos e dos golpes antidemocráticos, a sua força social é o factor determinante da situação política.

Os militantes que lutam diariamente em conjunto com os trabalhadores têm bem consciência disso. Pela nossa parte, enquanto membros da Secção portuguesa da 4ª Internacional, lutaremos lado a lado com eles, trilhando os caminhos da Revolução de Abril que continua viva.

A Comissão de redacção

Flashes sobre a crise política aberta

“MP EXTRAVASA MANIFESTAMENTE A SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL”

No seu blogue ‘Causa Nossa’, o constitucionalista Vital Moreira disse (a 16/11/2023):

“Num Estado de direito democrático, não é admissível meter na prisão vários cidadãos por seis dias, imputar crimes de corrupção a esmo, visar

criminalmente dois ministros e abrir um inquérito de âmbito indefinido ao próprio primeiro-ministro, tudo sem a devida justificação, com base em pseudo-indícios sem nenhuma consistência, que não resistiram ao primeiro exame judicial”.

Terminando por afirmar:

“A autoinstituição abusiva do Ministério Público (MP) em instância de escrutínio da ação política do Governo, usurpando as funções da Assembleia da República e do Presidente da República, extravasa manifestamente a sua missão constitucional e constitui uma usurpação de poder”.

PROCURADORA-GERAL ADJUNTA ALVO DE PROCESSO

Segundo o canal televisivo *CNN Portugal* (a 24/11/2023), Maria José Fernandes – a Procuradora-geral adjunta que escreveu no Público o artigo de opinião “Ministério Público: como chegámos aqui?”, numa crítica implícita mas violenta à forma como foi conduzida a *Operação Influencer* – vai ser alvo de um processo de averiguação interna, ordenado pela Procuradoria-Geral da República, que pode dar origem a processo disciplinar. Contactada pela *CNN Portugal*, a magistrada garante que não retira “nada do que disse”.

PR SEMPRE IGUAL A SI PRÓPRIO

Alfredo Barroso, in Facebook (19/11/2023): “Nunca duvidei que Marcelo iria envenenar a vida política, com as suas traquinices e a sua imaturidade intrínseca e, bem avisei quem me quisesse ler, desde antes de Marcelo Rebelo de Sousa ter sido eleito pela primeira vez.”

E mais adiante: “(...) Quando Marcelo PR estava a ser acossado por uma sucessão de disparates dele próprio e pela gravíssima suspeita de interferência no «caso das gémeas de súbito tornadas luso-brasileiras», surgiu, como por encanto, o famoso e «mortífero» parágrafo de um comunicado do Gabinete de Imprensa da Procuradoria-Geral da República – que Marcelo PR previamente conheceu e não contestou –, o qual levou ao pedido de demissão do PM António Costa, imediatamente aceite, e que lhe serviu de imediato pretexto para dissolver pela segunda vez a Assembleia da República (sem sequer admitir a hipótese de nomear novo PM, dada a maioria absoluta do PS no Parlamento), abrindo uma crise política sem precedentes na história da democracia portuguesa, desde a entrada em vigor da Constituição da República em 1976.”

O CONGRESSO DA 4ª INTERNACIONAL COMO UM PASSO NA PROCURA DE CONCRETIZAÇÃO DE UMA SAÍDA POSITIVA PARA A LUTA DOS POVOS DA EUROPA E DO MUNDO

No meio da contradição da realidade política vivida no nosso país, o que emerge como determinante, apesar de tudo, é o movimento de resistência e mobilização de sectores das classes trabalhadoras em conjunto com as suas organizações sindicais. É o movimento pelos salários e pensões, pelos serviços públicos, pelos direitos laborais, pela defesa das conquistas resultantes da Revolução aberta a poucos meses desta fazer meio século. Uma Revolução interrompida, golpeada mas nunca derrotada, e a que as “forças do 24 de Abril” bem desejam pôr fim.

Será que poderemos afirmar que o movimento dos trabalhadores portugueses, para retomar o caminho de Abril, tende a confluir com o movimento dos trabalhadores dos outros países da Europa, para tentar impedir a destruição das conquistas sociais saídas da vaga revolucionária que teve lugar no final da Segunda Guerra mundial?

Será este um tema que, certamente, se discutirá no X congresso da 4ª Internacional, a realizar em Barcelona na primeira semana de Dezembro.



No nosso país tiveram lugar duas conferências abertas, no quadro da preparação desse Congresso, com a presença de um membro do seu Secretariado Internacional, para discutir as questões centrais da situação mundial bem como a situação em Portugal.

Tratou-se de conferências abertas, tal como o Congresso será aberto a outros militantes, sempre assente no princípio da defesa da independência de classe e procurando encontrar eixos comuns,

como linhas orientadoras de inserção na luta em cada país, procurando acordos que contribuam para construir as bases de uma Direcção mundial do movimento dos trabalhadores.

Como é dito no texto da convocatória deste Congresso:

“O objectivo deste Congresso é reunir os militantes – da 4ª Internacional e de outras origens políticas – que lutam pela defesa dos trabalhadores, para elaborar as respostas novas que são exigidas por esta nova situação mundial. Ninguém pode pretender ter respostas para tudo, excepto as pequenas seitas. A 4ª Internacional não pretende ter a verdade na manga. Como todos os militantes, nós procuramos desenvolver as primeiras respostas para a situação.

É por isso que dizemos que este X Congresso mundial da 4ª Internacional é um Congresso aberto: aberto aos militantes que não são membros da Internacional, aberto à discussão, aberto à elaboração. Devemos em conjunto – os militantes da 4ª Internacional e os de outras origens políticas que lutamos juntos, ombro a ombro – procurar respostas comuns para esta nova situação.”

A delegação portuguesa ao Congresso terá 4 membros.

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Médicos, enfermeiros, técnicos de Saúde e utentes a mesma luta

Nos últimos meses o país tem assistido a mobilizações gigantescas de utentes em defesa do direito à saúde.

A 30 de Setembro, em Ovar, mais de 3500 pessoas saíram à rua contra a afectação dos habitantes do concelho à Unidade de Local de Saúde (ULS) de Aveiro, deixando de ser referenciados para o Hospital mais próximo em Santa Maria da Feira.

No dia 21 de Outubro, mais de dois mil utentes das Caldas da Rainha – mobilizados pela autarquia, sob o lema “Unidos pela Saúde” – participaram numa marcha em direcção ao Palácio de São Bento e à Assembleia da República, em protesto contra a localização do novo Hospital do Oeste, no Bombarral.

Também a mobilização das populações, perante o risco iminente de encerramento dos serviços de urgência pediátrica e de urgência médico-cirúrgica, bem como do serviço de internamento de ortopedia da unidade hospitalar de Chaves, levou os deputados do PS, eleitos por Vila Real, a tomarem uma posição favorável à sua mobilização.

Em comunicado público, “(...) expressam a sua preocupação com a degradação dos serviços de saúde prestados nesta unidade hospitalar, motivados pela notória falta de recursos médicos, razão pela qual irão questionar o ministro da Saúde, solidarizando-se com todas as manifestações democráticas que se venham a realizar”.

Ao mesmo tempo, ao longo de todo este ano, com um crescendo nos últimos meses, dadas as sucessivas recusas por parte do ministro da Saúde, assistimos ao desenvolvimento



Bandeira dos utentes da Marinha Grande do SNS, na manifestação nacional da CGTP, em Lisboa, a 29 de Novembro.

da luta dos médicos, em defesa das suas reivindicações salariais, da regularização das carreiras e da defesa do SNS, como afirmavam sistematicamente os cartazes empunhados nas manifestações da FNAM (Federação Nacional dos Médicos).

A MESMA LUTA

A luta pelo direito à saúde, produto da Revolução de Abril como um direito universal, inscrito na Constituição – e de que o SNS é uma ferramenta indispensável para o efectivar – é a mesma luta, quer dos utentes, quer dos profissionais de Saúde.

E porque as mobilizações das populações em defesa dos serviços de Saúde pública e dos profissionais de Saúde ocorrem muitas vezes em simultâneo, assistimos – por parte da “Comunicação Social Oficial” – a uma tentativa de “formatação informativa”, visando apresentá-las, perante a opinião pública, como lutas distintas e separadas.

Mas é concebível entender a defesa de um SNS – com serviços e equipamentos que garantam aos utentes o direito à saúde – sem criar condições para atrair profissionais de Saúde, médicos, enfermeiros e técnicos de

Saúde, sem responder às garantias necessárias para o exercício de uma profissão que não pode ser determinada pelo lucro? É possível defender o SNS, aceitando uma política que impõe: “os médicos de família vão ganhar menos se prescreverem exames e medicamentos acima dos limites”, segundo o jornal online Observador, de 25 de Novembro?

SÓ TODOS JUNTOS...

Por isso, só todos juntos – utentes com os seus representantes (as Comissões de Utentes) e os profissionais de Saúde com as suas organizações sindicais – é possível organizar e avançar com uma luta eficaz em defesa do SNS, à qual se associarão, naturalmente, representantes autárquicos e dirigentes políticos e associações.

A Comissão de Utentes em defesa do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) 24H da Marinha Grande, “que tem vindo a solidarizar-se com as lutas que os profissionais de Saúde têm levado a cabo para dignificar o seu trabalho e defender o SNS”, como afirma no seu comunicado, saído na imprensa local a 30 de Novembro, convocou uma reunião de urgência com os responsáveis do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Pinhal

Litoral. Reunião marcada face à continuação de mais de sete mil utentes sem médico de família e a uma estratégia de degradação continuada do funcionamento do SAP, visando o seu encerramento definitivo.

Note-se que o SAP tem sido, até agora, uma rectaguarda das urgências sobrelotadas do Hospital de Leiria. Nessa reunião far-se-ão acompanhar do Presidente da Câmara, que se mostrou disponível para o efeito.

“A ausência de qualquer informação aos profissionais de Saúde e aos utentes sobre as consequências para os Cuidados de Saúde primários, da implementação da ULS de Leiria, como de todas as ULS do país, a 1 de Janeiro de 2024”, como também é dito no comunicado da Comissão de Utentes, é uma das suas grandes preocupações. Uma preocupação e apreensão que os parlamentares do PS, eleitos por Vila Real, também mostraram relativamente à criação da Unidade de Saúde Local (ULS) de Trás-os-Montes e Alto Douro, devido ao “elevado risco de excessiva centralização assistencial e de menorização dos Cuidados de Saúde primários que esta solução representa”.

Tomada de posição em defesa do 25 de Abril

Publicamos nesta dupla página uma tomada de posição – em resposta ao “golpe de Estado judicial” – de algumas dezenas de militantes de diferentes correntes do movimento operário, alertando para o ataque às

O QUE ESTÁ EM JOGO SÃO AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS SÃO TODAS AS CONQUISTAS DO 25 DE ABRIL

O povo português foi surpreendido por um Comunicado da Procuradoria-Geral da República (PGR), a que se seguiu um conjunto de buscas e prisões, de uma enorme gravidade política. O Ministério Público (MP) decide prender pessoas para encontrar provas, com base em insinuações e suspeições que o primeiro juiz de instrução classifica de infundadas, pondo todos os arguidos em liberdade.

O Ministério Público mantém durante seis dias na prisão um presidente de Câmara, para depois o pôr em liberdade sem qualquer acusação. Depois do seu bom nome ter sido enlameado, o MP nem sequer se dignou a dirigir-lhe um pedido de desculpas público.

O Ministério Público considera de somenos importância confundir o nome de um ministro com o do Primeiro-ministro, em escutas telefónicas que servem para pôr em causa a actuação deste último.

É na sequência daquele Comunicado da PGR, eivado de insinuações e suspeições – classificadas, poucos dias depois como infundadas pelo primeiro juiz de instrução – que o Presidente da República aceita, de imediato, o pedido de demissão do Primeiro-ministro, dissolve, apesar da oposição de metade dos Conselheiros de Estado, o Parlamento e convoca eleições antecipadas para 10.MAR.2024.

Esta grosseira operação judicial, atrás da qual todos os partidos da Direita (do PSD ao Chega) se perfilam, foi o pretexto usado pelo Presidente da República para, recorrendo à sua “bomba atómica”, dissolver a Assembleia da República, e abrir o caminho a maiorias que melhor sirvam os interesses do capital financeiro.



Não é apenas o PS que forças obscuras escondidas nos partidos da Direita parlamentar estão a visar. Elas visam impedir reforço do regime democrático em todo o seu conteúdo. Visam liquidar todas as conquistas da Revolução, do direito à Saúde ao direito à Educação democrática, todos os direitos, liberdades e garantias consignadas na Constituição. Direitos que os referidos partidos desejam apagar na próxima revisão constitucional, para que seja aberto “um novo ciclo” como eles lhe chamam, o ciclo do capitalismo puro e duro, dos Fundos de pensões privados, da Escola pública diferenciada, do negócio da

Saúde, da redução dos impostos sobre o grande capital. Não é apenas o PS que está a ser alvo de destruição, independentemente da política do governo de António Costa; são todos os partidos e organizações que mergulham as suas raízes na Revolução de Abril ou que dela se reclamam, do PCP ao BE.

O que está em causa é uma tentativa de golpe “bonapartista”, que usa suspeições e insinuações (como pretexto) para desferir um ataque à democracia, à beira dos cinquenta anos do 25 de Abril.

O que está em causa é a violação da democracia política, produto do 25 de Abril.

Na manifestação que juntou milhares de trabalhadores em Lisboa e no Porto, no passado dia 11 de Novembro, Isabel Camarinha apelou à intensificação da luta e à concentração dos trabalhadores diante da Assembleia da República, no próximo dia 29 de Novembro, para que seja alterado o Orçamento do Estado a favor do povo trabalhador, nomeadamente a resposta aos médicos em luta, como o pedem os sindicatos e o Presidente da Ordem responsável por zelar pela qualidade do seu trabalho e dos cuidados de saúde de todos os Portugueses.

De acordo com este apelo, os militantes responsáveis pela edição do jornal Militante Socialista dirigem-se aos militantes do PS, do PCP, do BE, aos militantes sindicais e a todos os trabalhadores (com ou sem filiação partidária) para juntar forças, para construir a mobilização unida que afirme a defesa da democracia em todo o seu conteúdo, da defesa das organizações políticas partidárias aos sindicatos, bem como de todas as conquistas sociais e da paz, – a defesa do 25 de Abril.

Lisboa, 17 de Novembro de 2023

Primeiros subscritores da tomada de posição

Adélia Gomes
(professora);

Aires Rodrigues
(deputado à Assembleia Constituinte em 1975/76);

Ana Tavares da Silva
(professora);

António Chora
(ex-membro da CT da Autoeuropa);

António Crespo
(aposentado da CGD, Marinha Grande);

António Katchi
(professor, Leiria);

Carlos Coelho
(contabilista reformado, Marinha Grande);

Carlos Franco
(dirig. Associativo, Marinha Grande);

Carmelinda Pereira
(deputada à Assembleia Constituinte em 1975/76);

Cláudia Fabiana
(membro da Assemb. Municipal da Marinha Grande, PS);

Daniel Gatoeiro
(op. quím. ref., Marinha Grande);

David Martins
(socialista de Leiria);

Diogo Vintém
(membro do Secretariado Nacional da JS, Secção do Montijo do PS);

Emanuel Rodrigues
(prof. aposentado, Marinha Grande);

Ernesto Conceição Silva
(contabilista, Marinha Grande);

Fernanda Franco
(aposentada, Marinha Grande);

Fernando Alves
(dirig. associativo, Marinha Grande);

Fernando Quadros
(aposentado da CGD, Marinha Grande);

Franco Domingues
(empregado de escritório, Marinha Grande);

Henrique Gomes da Costa
(bancário aposentado, sindicalista do SBSI);

Isabel Loureiro
(dirigente sindical do STAL, Região de Leiria);

Jaime Fernandes
(escritor, Lisboa);

João Franco
(músico, Leiria);

Joaquim Carvalho
(membro da Direcção do SPGL);

Joaquim Pagarete
(membro do Secretariado da Política Operária de Unidade Socialista – Secção portuguesa da 4ª Internacional);

Jorge Custódio
(arqueólogo - profess. univers., Lisboa);

José Pedro Graça
(assistente operacional, Marinha Grande);

Luísa Patrício
(membro do Secretariado da Secção de Tomar do PS);

Maria da Graça Pereira
(técnica da Segurança Social, Marinha Grande);

Maria João Gomes
(ex-membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande);

Maria João Vieira
(prof. Ens. Sec., Leiria);

Maria Louro
(técnica super. da Câmara Municipal de Lisboa);

Paula Santos
(membro da Direcção do SPGL);

Prudência Rodrigues
(prof. aposentada., Marinha Grande);

Rosa Maria Quadros
(cuidadora sénior, Marinha Grande);

Sandra Silva
(docente do Ag. de Escolas Aquilino Ribeiro, Porto Salvo);

Susana Rosa
(docente do Ag. de Escolas Aquilino Ribeiro, delegada sindical do SIPE)

O MS pediu, a dois dos subscritores desta tomada de posição, um pequeno depoimento sobre a actual situação, colocando-lhes duas questões:

1 - Na tua opinião quem visa lucrar com este “golpe de Estado judicial”?

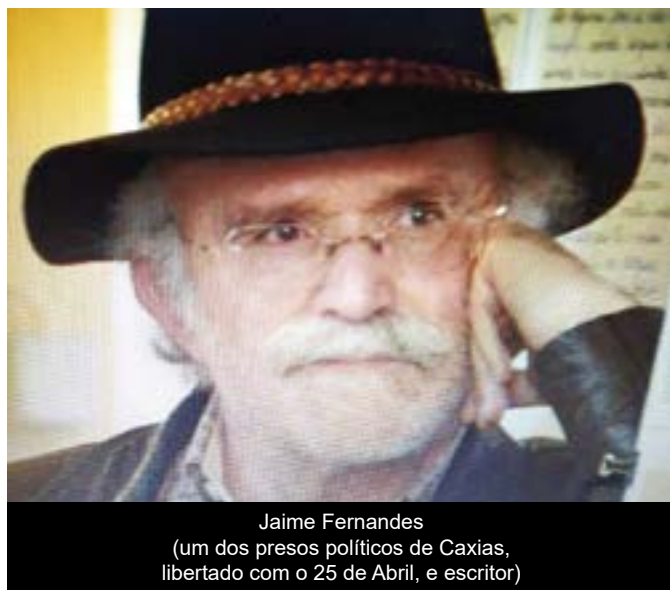
2 - Como vês a saída política para esta situação?



António Chora
(ex-membro da CT da Autoeuropa)

1 - Em minha opinião a Direita, com a bênção do Presidente da República, pensa que vai lucrar politicamente com esta dissolução.

2 - A saída política tem de passar pela mobilização dos trabalhadores e do povo em geral, para evitar o regresso da Direita ao poder.



Jaime Fernandes
(um dos presos políticos de Caxias, libertado com o 25 de Abril, e escritor)

1 - Obviamente que a Direita contava beneficiar com este golpe. Estão há 8 anos fora do Governo, numa altura em que o PRR está a dar muitos milhares de milhões. A sua ganância insaciável leva-os a criar situações como esta. A utilização dos aparelhos judiciários para tais fins, sobretudo na América Latina, com bons resultados para eles, fê-los precipitar-se neste caso. Parece-me que, apesar das aldrabices, continuam a não convencer os Portugueses, e o tiro lhes irá sair pela culatra.

2 - Parece-me que neste jogo de xadrez, quem acabará por ganhar será o António Costa (PS), que estava a ver o Governo a desmoronar-se, e, agora, ganhará um novo fôlego, evidenciando a fraqueza das propostas da Direita e colocando-se no papel de vítima.

Subordinação ao capital financeiro volta-se contra a população trabalhadora e o desenvolvimento do país

Esta página publica excertos da intervenção da secretária-geral da CGTP diante da AR, na manhã de 29 de Novembro, dirigindo-se aos milhares de trabalhadores aí concentrados, bem como da Resolução lá aprovada, enquanto no hemiciclo de S. Bento era aprovado pela maioria absoluta de deputados do PS a proposta de Orçamento do Estado para 2024.

Publicamos ainda alguns elementos ilustrativos da política do actual Governo (que, até 10 de Março, ficará “em gestão”).

“O TEMPO NÃO É DE ESPERAR PARA VER. É DE AGIR E LUTAR PARA VENCER!”

(ISABEL CAMARINHA, NA CONCENTRAÇÃO DIANTE DA AR)

“É um Orçamento de uma política, que pode ser aprovada lá dentro, mas que aqui rejeitamos pelo seu conteúdo, pelas suas opções, por faltarem as medidas que valorizem o trabalho e os trabalhadores, melhorem os serviços públicos e tragam maior justiça social e coesão territorial. Um Orçamento das «contas certas», com mais 14,8% de verbas para benefícios fiscais aos grandes grupos económicos. E mil milhões para as PPPs rodoviárias.”

RESOLUÇÃO SAÍDA DA CONCENTRAÇÃO (EXCERTOS)

“A actual situação política, decorrente da anunciada dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas para dia 10 de Março pelo Presidente da República, invocando a necessidade de fazer aprovar um Orçamento do Estado que não serve os trabalhadores e o País, coloca aos trabalhadores a necessidade de intensificar a acção e intervenção em torno das suas justas reivindicações, no que diz respeito, nomeadamente, aos salários, às pensões, à saúde, à educação e à habitação. (...)

Exige-se uma política alternativa, que distribua a riqueza de forma justa, que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores, que defenda e invista nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado. (...)
É urgente, necessário e possível! A riqueza criada pelos trabalhadores permite que todos os que cá vivem e trabalham o possam fazer com dignidade (...).

. O aumento dos salários para todos os trabalhadores em, pelo menos, 15%, não inferior a 150€, para repor o poder de compra e melhorar as condições de vida;

- A valorização das carreiras e profissões;
- A fixação do Salário Mínimo Nacional nos 910€, a 1 de Janeiro de 2024, atingindo os 1000€ durante o ano;
- A reposição do direito de contratação colectiva, com a revogação da caducidade, bem como das restantes normas gravosas da legislação laboral, e a reintrodução plena do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Viva a luta dos trabalhadores!”

PREJUÍZOS?

Só as empresas privadas concessionárias de autoestradas exigem 529 milhões de euros ao Estado português, compensando as quebras de tráfego. (AbrilAbril, 15-11-2023)

7 600 000 000

Os 7 maiores bancos registaram, nos primeiros 9 meses deste ano, uma receita de juros (margem financeira, diferença entre juros pagos e juros recebidos) de cerca de 7,6 mil milhões de euros. (Ladrões de bicicletas, 30-11-2023)

PROVOCAÇÃO?

“Lagarde, presidente do BCE diz que agora já são os salários que alimentam a inflação.” (J. Neg., 28-11-2023)

8 108 200 000

Segundo o blogue AbrilAbril (de 29-11-2023), o Orçamento do Estado aprovado, com a abstenção do Livre e do PAN, entrega 8 108 200 000 euros do SNS ao sector privado da Saúde. O SNS é privado de mais de metade do seu orçamento (54,6%).



OS LUCROS DO GRANDE CAPITAL E A POBREZA

Em 2022, os vinte maiores grupos económicos e financeiros tiveram lucros líquidos de mais de 23 milhões de euros por dia e, em 2023, esse número subiu para mais de 25 mil milhões de euros.

Já o número de pobres aumentou em 68,6 milhares entre 2021 e 2022, tendo a taxa de risco de pobreza entre o conjunto da população passado 16,4% para 17% em apenas um ano, de acordo com o INE. Se recuarmos a 2019, ano anterior à pandemia, temos mais 98 mil pobres.

Isto significa que mais de 1 milhão e 775 mil pessoas não saem da pobreza mesmo com pensões e outras prestações sociais. Mais de metade são mulheres (966 milhares).

Cerca de meio milhão de trabalhadores (488 milhares) são

pobres mesmo após prestações sociais, numa proporção de um em cada dez, o que evidencia que não basta ter um trabalho e um salário para não se ser pobre no nosso país e que nem as prestações sociais são suficientes para alterar essa situação. Houve uma ligeira diminuição dos trabalhadores pobres face a 2021 mas são mais de 34 milhares desde a pandemia.

Os elementos acima referidos são tirados da página da CGTP, concluindo que «a situação actual não é inevitável. O aumento da pobreza está directamente relacionado com aprofundamento da desigualdade entre trabalho e capital.»

A INFLAÇÃO NA VIDA DAS PESSOAS

Em 2022, a inflação foi de 7,8%, enquanto os produtos alimentares tiveram um aumento de 13%. Considerando a média dos últimos 12 meses, em Agosto de 2023 os produtos alimentares tinham subido 15%.

As novas rendas da habitação, no primeiro trimestre de 2023, subiram em média 9,6%.

Segundo o novo OE, em 2024 essas rendas podem subir até 6,94%. Em dois anos, estes aumentos são os maiores dos últimos 30 anos.



A guerra em Gaza alimenta a crise política nos EUA

“Os EUA desempenharam um papel fundamental na devolução desta terra [Palestina] a Israel em 1948.” “Israel é um aliado essencial para os EUA e os nossos interesses estratégicos de segurança nacional no Médio Oriente”. É a própria Câmara dos Representantes dos EUA que descreve assim a relação entre os EUA e Israel, nos considerandos de uma moção de censura que adoptou contra Rachida Tlaib, representante democrata de origem palestina e membro do partido DSA, pelo facto de ela ser a favor dos Palestínios.

Numa palavra, Israel é a ponta avançada dos EUA no Médio-Oriente. Isto não é uma descoberta, mas o Congresso exprime-o com uma franqueza desconcertante. A política israelita é um elemento da política interna norte-americana: a prova disso é a forma como os EUA impuseram a trégua de 4 dias a Netanyahu. Estas relações significam que qualquer crise em Israel é uma crise nos EUA. E, de facto, o imperialismo norte-americano está hoje dividido sobre até onde pode ir no seu apoio ao governo de Netanyahu e o esmagamento em curso dos Palestínios. A Câmara foi quase unânime ao aprovar uma Resolução que declara que “a Câmara está ao lado de Israel na sua defesa contra a guerra bárbara iniciada pelo Hamas e outros grupos terroristas, reafirma o direito de Israel à autodefesa, [...] está pronta a ajudar Israel com fornecimentos de emergência e qualquer outro apoio militar, diplomático ou de informações”. No entanto, estes sentimentos estão longe de ser unânimes no país. Como o demonstram as grandes manifestações de apoio à Palestina, com a presença de milhares de



Manifestação para cessar-fogo em Gaza, na ponte de Brooklyn, Nova Iorque, 7 de Novembro.

jovens judeus, empunhando cartazes onde se lê “Não em nosso nome”, e acusando directamente o governo de Biden. O eleitorado judeu dos EUA é maioritariamente democrata, e durante muito tempo serviu de base ao apoio do Partido Democrata ao sionismo, mas agora está dividido. A isto junta-se a forma como a guerra em Gaza choca os Árabes e os Latinos, que a vêem como uma expressão nua e crua da política dos EUA na América Latina, a qual choca o eleitorado negro e os eleitores tradicionais do Partido Democrata.

Este facto está a causar preocupação ao mais alto nível do aparelho Democrata: as eleições de 2024 aparecem como uma disputa renhida entre Trump e Biden, e isso pode ser suficiente para aumentar a abstenção do eleitorado democrata e fazer eleger Trump. O índice de aprovação de Biden está no seu valor mais baixo (40%), enquanto 56% dos eleitores em geral e 30% dos eleitores democratas desaprovam a actuação de Biden na condução da guerra. 51 dos 300 funcionários do Partido Democrata enviaram uma carta ao blogue *HuffPost*, a 3 de Novembro, instando Biden a posicionar-se a favor do cessar-fogo. Esta preocupação não se limita

a questões de oportunismo eleitoral. O *Wall Street Journal*, de 16 de Novembro, refere: “O presidente Biden tem aprendido, ultimamente, como é a vida dos presidentes republicanos. Parte do Estado Profundo, para usar esta expressão, rebela-se contra o seu apoio a Israel em relação os terroristas do Hamas responsáveis pelo massacre de 7 de Outubro. Notícias relatam que pelo menos 500 funcionários, alguns de alto nível, de 40 agências, incluindo a Segurança Nacional e o Departamento de Justiça, enviaram uma carta a Biden pedindo-lhe que apelasse a um cessar-fogo e «desanunciamento» entre Israel e o Hamas: «Os norte-americanos não querem o Exército dos EUA arrastado para outra guerra dispendiosa e absurda no Médio Oriente».”

O “Estado Profundo” a que se refere o jornal é a teoria da conspiração da Extrema-direita, segundo a qual o Estado norte-americano é gerido secretamente por liberais que impediram Trump de implementar a sua política: de facto, parte do aparelho de Estado teme as consequências da política dos EUA no Médio-Oriente e a explosão geral que ela poderá causar.

Os Republicanos também estão divididos: se o apoio a Israel não causa debate, a questão do financiamento da Ucrânia, que a Administração de Biden está a

tentar ligar ao de Israel, provoca uma forte oposição da minoria trumpista, a qual é necessária aos Republicanos para manterem a sua maioria na Câmara. E sobre a guerra em Gaza, o *Wall Street Journal* – que é a voz do capital financeiro dos EUA e que foi o único jornal diário de âmbito nacional a apoiar a candidatura de Trump em 2016 – escreveu num editorial, a 27 de Novembro: “Mas cada dia que dura a trégua dá mais tempo para os Jibadistas se reagruparem, fugirem de Gaza ou prepararem ataques contra os Israelitas. E quanto mais tempo ela durar, maior é o risco de um cessar-fogo, que é o que o Hamas realmente quer.”

As contradições entre as necessidades do capital financeiro norte-americano para reforçar, através de Israel, o domínio dos EUA sobre o Médio-Oriente, por um lado, e as possibilidades de o fazer, por outro lado – tanto na própria Gaza como nos EUA – está a conduzir a uma profunda crise política que atravessa ambos os partidos. A unidade conseguida nas votações no Congresso não consegue mascarar a profunda oposição de uma grande parte do eleitorado democrata às políticas do governo Biden, numa altura em que do lado republicano não há outro candidato senão Trump, sinónimo de crise. A guerra em Gaza alimenta a crise política interna, enquanto as manifestações pró-palestínias continuam sem parar. ■

Crónica, da autoria de Devan Sohier, publicada no semanário francês “*Informations Ouvrières*” – *Informações operárias* – nº 785, de 29 de Novembro de 2023, do Partido Operário Independente de França.

Não percam a esperança

Não percam a esperança: Israel vai estar no próximo festival da Eurovisão, como vem sendo norma, e no Euro de futebol 2024 está na fase de eliminatórias; infelizmente, os jogos que se seguem terão de ser disputados fora por causa do genocídio em curso, que – por motivos óbvios – não conta com os jogadores da selecção.

A Europa democrática continua a garantir à nação sionista todas as condições como as que lhe outorgou quando a encarregou, de forma mais ou menos explícita, de impedir – ou pelo menos obstaculizar o mais possível – a revolução árabe nacionalista e anticolonial, de base vagamente socialista. A semelhança estrutural do poder israelita com o nazismo parece não incomodar as exemplarmente democráticas “potências” europeias. Pode argumentar-se que os castigos colectivos, a destruição de habitações, a expulsão dos Palestínianos das suas casas, o controlo e restrições do abastecimento de água, para os colonos poderem encher diariamente as suas piscinas, os check points esgotantes, os assassinatos pelas forças poli-

ciais e militares e pelos próprios colonos nas suas investidas de assalto e roubo, provocatórias e assassinas, não são nada de novo e são do conhecimento oficial da ONU, que até fez centena e meia de Resoluções sobre o tema.

Os Judeus descendentes dos que escaparam do Holocausto merecem a nossa solidariedade (de Europeus) e, se assassinam e expulsam os Palestínianos desde que puseram os pés na Terra Santa onde outros milhares de Judeus conviviam pacificamente com os Palestínianos, é porque têm o direito de se defenderem e, até no futebol, a melhor defesa é o ataque. Quem o afirma são as nações democráticas, com os EUA à cabeça, porque o que se passa na Palestina é uma luta ideológica da democracia contra o autoritarismo e contra o islamismo jihadista, de que resulta o natural assalto e roubo de casas e terras, e a necessidade de aprisionar dois milhões de pessoas naquela Faixa, onde periodicamente os sionistas têm feito as suas hecatombes e agora estão próximos de uma “solução final”.

O que separa o Holocausto do genocídio dos Palestínianos? Na aparência é tudo uma ques-



Oradores convidados para a reunião de solidariedade com a Palestina, realizada a 14 de Novembro, em Lisboa, sob o lema “PAREM O GENOCÍDIO - PALESTINA VENCERÁ”: Shahd Wadi (Investigadora do CES e ativista pró-Palestina), Mário Tomé e Rosado da Luz (Militares de Abril), e Alan Stoleroff (Professor do ISCTE). Mário Tomé está a tomar a palavra.

tão de escala e de organização industrial. Aliás, os sionistas não podiam repetir o Holocausto com os Palestínianos, sob pena de se descredibilizarem. Assim, aproveitaram as técnicas e estratégias genocidas das potências coloniais à época: expulsão e chacina pelos militares, complementada pelo arbítrio prepotente e racista dos colonos à tripa-forra. O programa do Partido Nacional Socialista alemão deixava claro, em 1920, para quem soubesse e quisesse ler: “*Exigimos novos territórios para alimentar a nossa nação e instalar o excedente da nossa população*”. Este tema é desenvolvido no Mein Kampf, já iniciada a Segunda Guerra Mundial: “*Devemos acabar, de uma vez por todas, com a política de entre guerras e passar à futura política territorial. Mas, quando falamos hoje em novas terras no continente europeu, pensamos antes do mais na Rússia e países vizinhos dela dependentes*”. Mas já antes, em 1937, Hitler declarava numa conferência com Ribentrop e os altos comandos militares: “*Para nós não se trata de conquistar povos, mas apenas de conquistar espaço para utilização agrícola*”. Em 1942, Heinrich Himmler acrescentava que não lhes interessava germa-

nizar os povos do Leste, mas sim que no “*Leste possa viver um povo de origem puramente alemã*”. Ou judia: é esta exactamente a inspiração sionista, quando Golda Meir dizia que, depois do Holocausto, aos Judeus tudo era permitido e acrescentava, noutras ocasiões, que “*nunca perdaremos aos Árabes obrigarem-nos a matar os seus filhos*”, enquanto assegurava que não precisavam dos Árabes para nada, porque tinham trabalhadores de todas as profissões. Fica claro, para quem pensa que vê no escuro, que condenar Israel por apartheid, por muito adequado e operacional que pareça, se traduziu sempre num involuntário disfarce do genocídio, não só agora em Gaza, mas sempre desde que Israel foi criado juntando os seus objectivos nazis aos interesses estratégicos do imperialismo, primeiro das potências da época e depois da potência global terrorista: os EUA. É, portanto, nesta mistela vergonhosa cúmplice dos genocidas, laçao do imperialismo terrorista dos EUA, que Portugal está miseravelmente enfiado, pese a autossatisfação imbecil demonstrada pelas mais altas instâncias da pátria. ■

Ficha de assinatura do Militante Socialista

Nome e apelido _____ NIF _____
 Morada _____ Código Postal _____
 Cidade _____ Distrito _____
 País _____
 Endereço de e-mail _____ Telefone _____
 Data de subscrição ou renovação _____ Nº inicial _____ Nº final _____
 Forma de entrega Por e-mail (pdf) Em mão Por carta
 Forma de pagamento Em mão Depósito bancário
 Depósito na conta da POUS na CGD: IBAN nº PT50003506970064308823079
 Em mão 6 números (6 euros) Por carta 6 números (10 euros)
 12 números (12 euros) 10 números (16 euros)
 Por e-mail (pdf) 10 números (8 euros)
 Enviar para: Redacção e Administração do Militante Socialista (por carta ou por e-mail)
 R. Santo António da Glória, 52 B, c/v C, 1250 - 217 Lisboa ou por E-mail: pous4@sapo.pt

Presidenciais na Argentina: E agora que Milei ganhou?

Divulgamos a crónica, da autoria de Júlio Turra, membro da Secção brasileira da 4ª Internacional.

A vitória eleitoral do candidato da Extrema-direita Javier Milei (56%) contra o peronista Sergio Massa (44%), na segunda volta, foi muito maior do que as sondagens indicavam. Mas a sua eleição foi conseguida essencialmente graças aos votos dos sectores populares e empobrecidos contra o mundo político oficial, considerado responsável pela profunda crise económica e social em que o país se encontra há vários anos.

Milei ganhou em 20 das 23 províncias da Argentina e na capital federal. Na província de Buenos Aires – bastião peronista – a vitória de Massa foi apenas tangencial. Portanto, o grande perdedor destas eleições é o Partido peronista, que foi severamente sancionado. O governo de Alberto Fernandez e Cristina Kirchner – que sucedeu ao de Macri, há quatro anos – agravou a crise económica e social que já existia no país, com desemprego mais elevado, inflação anual de cerca de 140% e mais de 40% da população a viver abaixo do limiar da pobreza. Ele fê-lo aplicando a política económica ditada pelo FMI para pagar a



Dívida externa. O operador desta política foi precisamente o ministro da Economia, Sergio Massa, que se tornou candidato à Presidência. É inegável que foi o Peronismo que preparou o caminho para a vitória eleitoral do “facho-libertário” Milei, o qual promete “dolarizar” a economia, privatizar sem qualquer limite, atacar os direitos sociais e laborais e até negar as atrocidades cometidas pela ditadura militar argentina. Apesar dos votos obtidos, terá Milei a força política para pôr em prática o seu programa, que tem como eixo o ataque à classe operária e à soberania da nação? O seu partido improvisado, Avances da Liberdade (Freedom Advances), não tem uma maioria no Congresso (1).

UMA “TERCEIRA RONDA” SOBRE O TERRENO DIRECTO DA LUTA DE CLASSES

Os militantes da coligação União pela Pátria – que procuravam ganhar votos para Massa nos sectores populares – estão desanimados e foram abandonados pelos seus dirigentes.

Os dirigentes sindicais ligados ao “kirchnerismo”, como os da CTA (Central de Trabalhadores e Trabalhadoras da Argentina) lamentam “a divisão do campo popular. Mesmo que todos votassem em Massa, era cada um por si, sem unidade política ou programática”. O “desastre” que foi o governo de Fernandez é apontado como a razão da derrota.

A crise do Peronismo poderá

levar a uma reconfiguração política na Argentina, a qual abriria caminho para uma representação política da classe operária verdadeiramente independente e capaz de reunir todos os sectores explorados e oprimidos da nação, actualmente divididos, desanimados e desorientados. É claro que isso não acontecerá espontânea ou naturalmente, mas exigirá uma acção consciente nesse sentido. Num mundo marcado pela crise económica do sistema imperialista e pelas guerras que a acompanham, bem como pela instabilidade política e súbitas reviravoltas, a eleição de Milei na Argentina não deixará de provocar um choque: uma “terceira volta”, já não eleitoral, mas no terreno directo da luta de classes, contra a sua política de destruição da nação. A força para o fazer existe na Argentina, e está nos sindicatos e nos movimentos populares, os quais devem agora adoptar medidas defensivas e mobilizadoras que, nos próximos meses, poderão alterar o quadro político do país, bloqueando a acção do Governo recém-eleito (2). Um grande choque social está no horizonte. A luta continua! ■

(1) O sistema legislativo argentino é bicameral: o Congresso Nacional está dividido em duas Câmaras (uma de Deputados e outra de Senadores), ambas eleitas por sufrágio popular. O Vice-Presidente da Nação é o Presidente do Congresso. O partido de Milei tem apenas 38 deputados (em 257) na Câmara dos Deputados (cerca de 15%) e 8 senadores (em 72) no Senado (cerca de 12%).

(2) Tal como no Brasil ou em França, o sistema político da Argentina é presidencialista. Isto é, o Presidente da República eleito assegura, automaticamente, a chefia do Governo.

ALGUMAS REACÇÕES NO NOSSO PAÍS

De Portugal, Milei foi saudada pela liderança do Chega, mas também recebeu o apoio de membros destacados da Iniciativa Liberal, como Tiago Mayan, seu candidato às últimas eleições presidenciais.

E Alexandra Leitão (deputada do PS e cronista do Expresso) justificou a vitória de Milei, nesse semanário, do seguinte modo: “Quando as pessoas se sentem deixadas para trás pelo poder político e pela sociedade, tendem a aderir a discursos simplistas e a medidas

drásticas, por vezes até absurdas. Foi isto que aconteceu na Argentina.” E conclui: “As consequências internas e externas deste resultado eleitoral são imprevisíveis. Existe hoje na Argentina o risco efectivo de uma deriva totalitária num país que é uma democracia apenas há 40 anos depois de uma ditadura militar sanguinária. Mas o povo desesperado parece preferir este risco à ausência de resposta aos seus problemas por parte do poder político democrático. Foi o que aconteceu na Alemanha na República de Weimar e conduziu à ascensão dos Nazis ao poder...”

Alemanha: 20 mil pessoas dizem “não à guerra”!

É com este título que o diário berlinense Tagesspiegel resume a manifestação de cerca de 20 mil pessoas na capital alemã. Sob o lema “Não às guerras / Acabar com a loucura do armamento / Construir um futuro pacífico e justo”, 150 personalidades do movimento sindical, militantes do movimento pela

paz e deputados – incluindo o antigo secretário-geral do IG Metall (Jürgen Peters) e o antigo presidente do SPD e do Die Linke (Oskar Lafontaine) – convocaram uma manifestação para 25 de Novembro, contra o Governo alemão e a sua política de “armamento desenfreado”. Nela foi referido que os 85,5 mil milhões de euros de des-

pesas militares para 2024 são a maior verba desde a fundação da República Federal da Alemanha, acompanhadas de cortes drásticos para os trabalhadores. Foi uma demonstração de resistência contra o belicismo do governo de Scholz. Logo no início da manifestação, Reiner Braun sublinhou que à guerra militar e ao armamento se

segue a guerra social. A guerra e o armamento são seguidos de uma guerra social. E concluiu dizendo: “Há que travar esta guerra social contra o povo”. Pelo seu lado, Sahra Wagenknecht (deputada do Die Link) acusou Israel de travar uma guerra impiedosa, criticou o Governo federal e apelou a negociações de paz. ■

Mensagem ao Encontro Nacional pela Paz

No passado dia 28 de Outubro, teve lugar em Vila Nova de Gaia um Encontro Nacional pela Paz, cuja responsabilidade foi essencialmente do Comité Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

A nossa camarada Carmelinda Pereira leu nesse Encontro a comunicação que apresentamos a seguir.

Caras e caros defensores da Paz,

Em nome da Organização Política Operária de Unidade Socialista (POUS), a minha saudação a todos vós, saúdo em especial a todos os militantes e organizações que se empenharam pela construção deste Encontro, em particular o Comité Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Além da miséria e da fome, a barbárie imperialista impõe ao mundo o alastramento da guerra.

Da Ucrânia à Palestina, ou aos povos de vários países do continente africano, aquilo que se abate sobre eles é o sofrimento e a morte, como se fosse uma fatalidade.

Uma fatalidade os senhores do mundo decidirem – nos gabinetes e nas conferências, ditas de civilização – o número de bombas, de porta-aviões, ou de mísseis para assassinar e esmagar, sempre em nome dos valores da democracia?

É o que a afirma a Administração dos EUA quando anuncia querer fornecer mais 60 mil milhões de euros para a guerra na Ucrânia e envia os porta-aviões para apoiar o Estado de Israel.

Entretanto, Biden foi a Jerusalém, Putin a Pequim e Zelensky anda a correr por todo o lado a certificar-se de que não fica esquecido.

E uns e outros dão as ordens para que – nas trincheiras da Ucrânia – soldados deste país e da Rússia continuem mergulhados na lama e no sangue, como se estivessem na Guerra de 1914-1918.

E são os mesmos que ordenam e/ou caucionam o genocídio presente das crianças, das mulheres e dos homens na Palestina. Os quais estão condenados à fome, à sede, à falta de fontes de energia, e os que conseguirem continuar vivos arriscam ser mortos à bomba.

Por isso, alguns dos senhores da guerra consideram um sacrilégio as declarações de António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, por ter dito a todo o mundo uma parte da verdade.

Sim “o Hamas não nasceu do nada”. Sim, há mais de 75 anos que o povo palestino é expulso das suas casas, massacrado, assassinado.

É Mosh Feiglin, membro do Partido do governo no poder em Israel e antigo vice-presidente do Parlamento israelita,

que afirmou recentemente na televisão oficial de Israel: “Nem uma só pedra deve ficar de pé em Gaza. Gaza deve ser um novo Dresden. É preciso não ser deixada qualquer esperança aos Palestinos. É preciso apagar Gaza do mapa.”

Mas por todo mundo centenas de milhar de pessoas se levantam, exigindo dos seus governos que rompam com o Estado colonizador e opressor de Israel, que imponham à Administração dos EUA o fim imediato do apoio ao Estado policial que é Israel, um Estado que só existe porque as forças do imperialismo o sustentam. Gritam nas ruas e nas praças, fim imediato do massacre, liberdade para o povo palestino, a Palestina vencerá.

Na prática e objectivamente, estas manifestações pela paz concentram o desígnio com que está confrontada toda a Humanidade. O desígnio da cooperação pacífica entre os povos, do fim da corrida aos armamentos, da canalização da riqueza produzida para o investimento nos aparelhos produtivos, para a Saúde, a Educação, a Habitação. Na martirizada região da Palestina este desígnio sempre foi defendido pela OLP, até aos

acordos ditados pela Administração norte-americana e assinados em Oslo (em 1993) da constituição de dois Estados, cujos resultados a História mostrou que são a negação da liberdade e da paz. Os desígnios da OLP, antes da assinatura de Oslo, são retomados por militantes judeus e árabes que estão a desenvolver uma campanha por um só Estado, laico, cujas formas os cidadãos saberão definir a partir de uma Assembleia Constituinte soberana.

Perante o novo genocídio eles acabaram de divulgar uma Declaração política em Telavive, onde se lê:

“Precisamos de fazer um apelo urgente aos governos, que são cúmplices desses crimes contra a humanidade:

- Detenham o ataque terrestre de Israel a Gaza!
- Detenham a expulsão dos habitantes de Gaza, a segunda Nakba (Catástrofe)!
- Forneçam ajuda humanitária imediata!
- Acabem com a colonização e o apartheid israelitas!
- Pela liberdade dos Palestinos!
- Por um Estado democrático para todos!” ■